

Todos erram, mas a gente tem que errar muito menos: narrativa autobiográfica de uma árbitra central de futebol profissional masculino

Hartman, Andressa; Confederação Brasileira de Futebol, andressah10@hotmail.com

Hachler Ricardo, Karoline; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, karolinehachler@gmail.com

Fontes de Oliveira, Janaína; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, janafontes@yahoo.com.br

Vargas dos Santos, Marzo; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, marzomvs@gmail.com

Schultz Wittizorecki, Elisandro; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, elisandro.wittizorecki@ufrgs.br

Resumo

O estudo trata de uma narrativa autobiográfica da primeira autora sobre a arbitragem de mulheres, cujo objetivo é compreender, com e a partir da teoria Ator-Rede de Bruno Latour, como a árbitra central sustenta suas posições dentro de campo nas partidas de futebol profissional masculino. No exercício de descrever as controvérsias ocorridas em torno da ação de apitar entendeu-se que ‘comandar uma partida de futebol’ atua como um tipo de agregação momentânea que fazem agir/fazer a árbitra central.

Palavras-chave: Arbitragem de mulheres, Teoria Ator-Rede, Futebol profissional masculino.

Primeiras Reflexões

Para ser árbitra de futebol profissional masculino é preciso passar por alguns processos. Primeiro, temos que fazer o Curso de Formação de Árbitros de Futebol de Campo do nosso estado – no meu caso, o Rio Grande do Sul –, que tem duração de aproximadamente seis meses, com aulas teóricas e práticas. Durante o curso são realizadas três provas teóricas e, ao final, um teste físico. Aprovado/a nas provas, o/a árbitro/a em formação se torna apto/a a integrar o quadro de árbitros/as da Federação Gaúcha de Futebol (FGF), já podendo ser escalado/a nos jogos das categorias de base. Com o tempo e a quantidade de jogos, vamos ganhando experiência e nos qualificando, até que a comissão de arbitragem pode decidir nos subir de categoria, e também indicar nosso nome para ingressar no quadro de árbitros/as da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Desde que comecei a apitar jogos de futebol, seja em jogos da várzea (não federados), das categorias de base, do profissional feminino e masculino, sinto que tem (quase) sempre aquela cobrança de que a gente que é árbitro/a não pode errar. E isso é para todo mundo. É para homem, é para mulher. Contudo, nos jogos que apitei até este momento, muitas vezes já escutei, principalmente vindo de torcidas: ‘esse lance marcaram errado, mas também, tinha que ser uma mulher’.

Apitar jogos profissionais masculinos é diferente, porque são jogos que ganham mais visibilidade pela mídia, a maioria deles televisionados. Então, se a gente (mulheres) erra, parece que fica ainda mais em evidência essa fala de muitas torcidas – ‘tinha que ser uma mulher’. Sabemos que homens e mulheres erram, mas a gente (mulheres) tem que errar muito menos, porque nesses jogos, os erros ficam muito marcados e, como sou a única árbitra central mulher na FGF, e somos poucas na CBF (em comparação a quantidade de árbitros centrais homens), é mais fácil lembrarem quem foi a árbitra que se equivocou, seja por um lance difícil e duvidoso, seja por qualquer outro motivo.

Refletindo sobre minha carreira na arbitragem, visitando histórias de outras mulheres árbitras centrais de futebol que tiveram suas carreiras prejudicadas por conta de um erro¹, e com o desejo de tensionar o que narrei como uma afirmação sobre a arbitragem de mulheres – “sabemos que homens e mulheres erram, mas a gente (mulheres) tem que errar muito menos” – coloquei em questão a produção das minhas ações na arbitragem em partidas de futebol profissionais masculinos, com o objetivo de tentar compreender, com e a partir da teoria Ator-Rede (ATR) (Latour, 2012), como sustento minhas posições dentro de campo como árbitra central no futebol profissional masculino.

A escrita está na primeira pessoa do singular, pois o estudo refere-se às minhas (primeira autora) vivências experiências nos jogos de futebol profissionais masculinos, ainda que a construção deste tenha sido por ação colaborativa (diálogos, escuta sensível e orientação teórico-metodológica) dos/as demais autores/as, no processo de reflexão e escrita.

¹ Ana Paula anulou erroneamente dois gols do Botafogo na Copa do Brasil de 2007; e Fernanda Colombo marcou um impedimento inexistente do Cruzeiro diante do Atlético-MG em 2014.

Narrativa autobiográfica: possíveis interpretações com e a partir da Teoria Ator-Rede (ATR)

Este estudo assume um caráter de pesquisa qualitativa (Ludke & André, 2018), do tipo narrativa autobiográfica (Casmanie, 2007), cujas análises e interpretações das informações produzidas pelo exercício narrativo são realizadas com e a partir da teoria Ator-Rede (ANT) (Latour, 2012).

Partilhando da compreensão de Fonte (2006) de que o ser humano é ativo, portanto, não está como um receptáculo e/ou mero processador de informações; faço o exercício de reestruturar minhas narrativas numa perspectiva de interação entre os/as diferentes atores/as (humanos/as e não-humanos/as) que partilham as experiências comigo em campo. Interação essa que é autorreferenciada e interpretada a partir dos meus próprios quadros operatórios, ou seja, dos meus sentimentos, percepções e compreensões obre as relações humanas e não-humanas que me acompanham nessa trajetória da arbitragem (Fonte, 2006); e por essa razão, a subjetividade é característica fundamental neste estudo.

Esta narrativa autobiográfica emerge desse emaranhado de distinções perceptivas sobre mim e o mundo (Marques & Satriano, 2017), marcada por temporalidades que se entremeiam no passado-presente, presente-presente, futuro-presente, e se atualizam; onde o inesperado faz parte e a (re)leitura é permitida (Casmanie, 2007). Nesse movimento, e considerando os deslocamentos sociais e emocionais que estão em constantes (re)negociações de significados, inclusive dos meus próprios entendimentos e posicionamentos, me questiono: “o que e/ou com quem me relaciono e se relaciona comigo e o que me mobiliza (faz-fazer) em campo e/ou não como árbitra central no futebol profissional masculino?”.

Para as reflexões e análises não parto do pressuposto de que erros/incertezas de lances de mulheres árbitras centrais contam/pesam mais (ou menos) do que erros/incertezas de lances de homens árbitros centrais em uma partida de futebol profissional masculino. Diferente disso, a intenção é a de mapear as fontes das incertezas (Latour, 2012).

No ‘comando’ da partida: deslocamentos de ações entre ‘homens e mulheres erram’ e ‘mulheres têm que errar muito menos’

O ‘comando de uma partida de futebol masculino profissional por uma árbitra central’, é aqui compreendido como uma figura social a partir das narrativas sobre as minhas experiências na arbitragem, cuja compreensão se torna possível pelo entendimento das incertezas e deslizamentos de dois cursores (Demeslay, 2016; Myskiw et al, 2021): ‘homens e mulheres erram’ e ‘mulheres têm que errar muito menos’. Para tanto, parto da compreensão de que, no comando de uma partida de futebol profissional masculino, na função de árbitra central, sou uma atora-rede de relações heterogêneas que são possibilitadas por controvérsias (momentos de prova que possibilitam observar as associações de interesses) entre os/as atores/as em rede/relação (Latour, 2012).

O importante não é afirmar quem atua sobre mim (árbitra central), mas passar de uma certeza – “a gente (mulheres) tem que errar muito menos” –, para uma incerteza sobre essa afirmação (Latour, 2012), dizendo, para tanto, que existem agências capazes de me fazer questionar essa afirmação, abrindo a caixa preta, que aqui compreendo como sendo “relações de gênero e poder”. E, abrir a caixa preta, está no sentido de questionar/colocar à prova: “será que sempre as mulheres, e no caso deste trabalho, árbitras centrais de futebol profissional masculino, recebem tratamento diferente em razão do gênero?”. Para tanto, parti de uma simetria entre árbitros e árbitras centrais, o que me permitiu ver, interpretar e agir no jogo, sem ter que afirmar (sem partir do pressuposto) que um e/ou outro/a tem mais ou menos vantagens em razão do gênero (Latour, 2012).

Quando narrei ter escutado de torcidas frases do tipo ‘tinha que ser uma mulher’, compreendo essa ação como um elemento/controvérsia que tensiona a caixa preta ‘relações de gênero e poder’: um ator que enfraquece meu comando em campo quando passa a contestar minhas decisões durante uma partida, acionando o gênero como justificativa para desmerecer minha arbitragem. Nessa mesma perspectiva estão os comentários da mídia, que muitas vezes fazem uma crítica ao trabalho da arbitragem, acionando, também, o gênero; à exemplo de uma fala feita por uma comentarista durante uma partida do Campeonato Brasileiro Feminino de 2022 que tinha sido apitada por um quarteto feminino e eu ocupava a função de quarta árbitra. Ela disse que a arbitragem no futebol profissional feminino não tinha tanta qualificação, quando um gol de um dos times tinha sido anulado pela árbitra assistente por impedimento (mas tinha sido um gol legal, porque a jogadora não estava impedida).

Comentários como esses também vão acionando e unindo interesses da rede, no sentido de enfraquecer a arbitragem de mulheres, ao colocar em dúvida nossas ações dentro de campo por sermos mulheres no comando de uma partida de futebol. No campo, na ação de apitar partidas de futebol, esse tipo de comentário age em mim apraximando-me do cursor “mulheres têm que errar muito menos”, porque me coloca a agir em campo de modo a ter que provar, (quase) o tempo todo, que posso sim estar ocupando o comando de uma partida de futebol profissional masculino. E nessa ação de provar que posso estar onde estou, é como se eu tivesse que estar em uma média acima da dos árbitros homens.

Por outro lado, quando estou dentro de campo, no comando de uma partida de futebol profissional masculino, também sei que estou ali porque estou apta para tanto. O respeito dos jogadores durante a partida deslocam minhas ações afastando-me do cursor ‘mulheres tem que errar muito menos’ e me aproximam do cursor ‘homens e mulheres erram’, possibilitando que eu esteja mais segura das minhas decisões. Outro ator que possibilita esse deslocamento de cursores é a agência, por vezes, da comissão de arbitragem, ao escalar árbitros e árbitras para comandar uma partida de futebol profissional masculino. A comissão de arbitragem defende e apoia a arbitragem de mulheres em situações como a de oposição de alguns clubes/times: “eles vão colocar a gente porque a gente passa pelas mesmas coisas, faz inclusive os mesmos testes. Então, não importa se é homem ou se é mulher. A gente pode e vai fazer o mesmo jogo”.

Todos esses movimentos não tratam de uma relativização das relações de gênero e poder, mas sim de uma tentativa de partir de uma possível simetria dos/as atores/as envolvidos/as na ação de ‘comandar uma partida de futebol masculino’, para ver como as relações entre eles/elas em associação/relação/interação deslocam interesses e aproximam e/ou afastam minhas ações de um ou outro cursor (Latour, 2012).

Considerações transitórias

No exercício de descrever as controvérsias ocorridas em torno das minhas ações em campo, rastreei as agências e interesses que atuam/que fazem existir tais ações e suas incertezas; com o objetivo de refletir e tentar compreender como sustento minhas posições dentro de campo como árbitra central no futebol profissional masculino. Nesse movimento, percebi que ‘comandar uma partida de futebol’, atua, nesse caso, como um tipo de agregação

momentânea, uma conexão de elementos heterogêneos (humanos e não-humanos) que me fazem agir/fazer como árbitra central. Ou seja, não apito sozinha em campo: essa é uma ação que não pertence somente a mim (árbitra central), pois as capacidades necessárias para tal estão distribuídas numa série de agências com as quais conecto e trabalho (Latour, 2012; Myskiw et al, 2021).

Portanto, compreendi que ‘comandar uma partida de futebol profissional masculino’, no meu caso como árbitra central (atora-rede), envolve o deslocar/deslizar entre essas direções que implicam diferentes arranjos (‘homens e mulheres erram’ e ‘mulheres têm que errar muito menos’), trabalhando com eles como componentes necessários que me possibilitam ver, interpretar e agir no jogo, sem ter que afirmar que um e/ou outro é melhor ou pior, mais ou menos adequado.

Referências

- Casmanie, A. T. (2007). *Narrativa de histórias pessoais: um caminho de compreensão de si mesmo a luz do pensamento de Hannah Arendt* [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica]. Repositório de Teses e Dissertações da PUCSP. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/11742>
- Demeslay, J. (2016). Harmoniser la lutte antidopage: quelques critiques d’une gouvernance mondiale. *L’Homme & la Société*, 199(1), 145-158. <https://doi.org/10.3917/lhs.199.0145>
- Fonte, C. A. (2006). A narrativa no contexto da ciência psicológica sob o aspecto do processo de construção de significados. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8(2), 123-131.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. EDUFBA.
- Ludke, M., André, M. E. A. de. (2018). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas* (2ª ed) E.P.U.

Marques, V., Satriano, C. (2017). Narrativa autobiográfica do próprio pesquisador como fonte e ferramenta de pesquisa. *Linhas Críticas*, 23(51), 369-386. <https://doi.org/10.26512/lc.v23i51.8231>

Myskiw, M., Farias, A. S., Dotto, A. D., Pacheco, A. C., & Silveira, R. (2021). Não Adianta ‘Só Saber as Regras’, tem que Saber ‘Levar o Jogo’ até o Final: Notas Etnográficas sobre a Arbitragem de Futebol num Circuito de Lazer de Porto Alegre. *LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer*, 24(3), 379–423. <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2021.36332>